
HISTÓRIA DA SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA

Clarinda Rodrigues Lucas*

Como parte das atividades do Projeto Pronex/97: “Jornalismo científico e a produção e circulação do conhecimento” realizou-se no Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (Labjor) do Nuclecri, em 28 de agosto 1998, o seminário “Pontos de História da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência”. O texto do seminário foi escrito a partir do livro *A construção da ciência no Brasil e a SBPC*, de Ana Maria Fernandes, publicado em conjunto pela Editora da UNB, Anpocs e CNPq em 1990, tendo sido originalmente apresentado como tese de doutorado na Universidade de Oxford, na Inglaterra. Sua escolha deveu-se à própria razão de ser da SBPC, atestada em seu estatuto, que enuncia dentre os seus objetivos a justificação da ciência para o público e a divulgação de seus progressos, objetivos estes que vêm ao encontro do objeto de pesquisa deste núcleo, ou seja, a produção e circulação do conhecimento através da divulgação

científica. Abaixo encontramos uma síntese do que foi exposto no seminário.

A SBPC surgiu como alternativa à Academia Brasileira de Ciências, propondo-se como da ciência e da sociedade. Desde sua origem, definiu-se como uma organização ativista, destinada a defender os interesses gerais da comunidade científica como um todo. Esta definição está ligada às circunstâncias em que a SBPC foi criada, em 1948. Ana Maria Fernandes assim resume a sua criação:

O governador de São Paulo na época, Ademar de Barros, tinha decidido reduzir as atividades de pesquisa em química orgânica e endocrinologia do Instituto Butantã, que ele esperava converter num instituto dedicado tão somente à pesquisa relacionada aos soros antiofídicos. A resposta da comunidade científica da capital paulista foi imediata: cerca de uma centena de cientistas reuniram-se na sede da Associação Médica de São Paulo e fundaram a SBPC.

* A autora é pesquisadora no Laboratório de Estudos Urbanos, Nuclecri, Unicamp.

Em seus estatutos está a razão de ser da Sociedade:

a) *justificação da ciência, mostrando ao público seus progressos, seus métodos de trabalho, suas aplicações e até mesmo suas limitações, buscando criar em todas as classes, e conseqüentemente na administração pública, atitude de compreensão, apoio e respeito para com as atividades de pesquisa;*

b) *assumir atitude definida e ativa de combate no sentido de assegurar [...] a liberdade de pesquisa, o direito do pesquisador aos meios indispensáveis de trabalho, à estabilidade para a realização de seus programas de investigação, ao ambiente favorável à pesquisa desinteressada.*

Para os fundadores da SBPC, a sociedade alcançaria seus objetivos e iria até mais longe ao promover o progresso do país, porque, para eles, ciência e progresso iam de mãos dadas, senão vejamos o que diz o editorial da revista *Ciência e Cultura*, da SBPC, em 1949: “*Ordem e progresso com ciência: [...] os cientistas se irmanarão com os não-cientistas, porém amantes da Ciência, buscando o prestígio crescente desta última e o progresso do País através do próprio progresso da Ciência*”.

Em sua declaração de princípios, a SBPC visava a “reunir todas as instituições e

indivíduos interessados no progresso e na promoção da ciência”, isto é, para ser membro da Sociedade não era preciso ser um cientista profissional. Ainda assim, a maioria dos seus membros se constituía de cientistas, professores universitários e estudantes, sendo que para os postos-chave da diretoria foram eleitos somente eminentes cientistas. Um ano após sua criação a SBPC já tinha 352 membros, quase todos pesquisadores de ciências exatas e naturais, e começava a publicar a revista *Ciência e Cultura*. Começou também a promover um congresso anual em diferentes cidades do país, tendo sido a primeira reunião em Campinas, em outubro de 1949, com 104 participantes. A SBPC começou a pressionar o governo de São Paulo para que desse efeito à Constituição de 1946, que previa a criação de uma fundação para o apoio à pesquisa científica – a Fapesp, finalmente criada em 1960.

Sobre as atividades da Sociedade, em suas duas primeiras décadas nenhuma pesquisa foi publicada. Mas, nos anos 70, a Sociedade emergiu como uma instituição importante, criando um espaço, um fórum, para a liberdade de expressão não apenas de cientistas e estudantes, mas para o movimento feminista, dos negros e o movimento pelos direitos dos homossexuais.

Há evidências concretas das críticas da

SBPC ao regime militar, como o editorial da revista *Ciência e Cultura* ao “massacre de Manguinhos” (destituição do diretor, instituição de inquéritos, civil e militar, para investigar corrupção e subversão, submetendo a maioria dos servidores do Instituto a interrogatórios a respeito de subvenções recebidas do governo e de instituições, tanto particulares quanto estrangeiras, a respeito da posição política e ideológica dos cientistas, o que causou demissões e prejulgamentos). Em 1970 se dá a publicação do memorial da Sociedade Brasileira de Física, defendendo os cientistas compulsoriamente aposentados por razões políticas.

No princípio dos anos 70, a SBPC contribuiu para criar um suporte às políticas do governo militar para a ciência e a tecnologia. Este papel para o qual os cientistas foram chamados tem, segundo Fernandes, uma explicação histórica. A principal razão reside na maneira como as Forças Armadas chegaram ao poder, destruindo, além do regime anterior, os símbolos e a ideologia da democracia representativa que o legitimava. Destruindo os mecanismos da hegemonia preexistente, os militares preencheram este vazio com uma nova ideologia, a da segurança nacional – uma ideologia que poucos grupos sociais tinham formulado e com pouco apelo

junto à população. O Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED) para o período 68-70, embora contivesse o objetivo de “humanização do desenvolvimento”, poderia ser identificado com o período pré-64.

Os militares necessitavam de algo diferente, que se concretizou com a descoberta da “prioridade estratégica do desenvolvimento científico e tecnológico”. A essa prioridade se juntava “a garantia a longo prazo de viabilidade da Nação – crescimento rápido e auto-sustentado” ligado à produção interna de tecnologia. Esta formulação resolvia dois problemas ideológicos: de um lado, mostrava uma “falha” fundamental da industrialização pré-64 – a desconsideração pelo problema de substituição de tecnologia –, diferenciando a nova proposta de um passado comprometedor. De outro lado, incorporava um componente que conferia nova “qualidade” à política industrial. Ademais, esse componente tinha a vantagem adicional de não permitir cobranças a curto prazo.

Fernandes salienta que é opinião corrente, entre os analistas do regime militar, que este se legitimou ao criticar o regime anterior, por meio do desempenho econômico e pelos critérios de uma administração eficiente, racional e de planejamento. É interessante observar como a ciência e a tecnologia foram

incorporadas ao planejamento econômico como um elemento completamente novo e com o objetivo de legitimar o regime. O motivo C&T estava especialmente associado a conotações prestigiosas, sendo um tema intimamente remetido ao desenvolvimento, e, aos olhos dos militares, não estava associado ao período inflacionário do governo Kubitschek ou aos regimes populistas de Vargas-Goulart dos 15 anos anteriores, quando o “desenvolvimento” atingiu *status* místico.

A partir de 1967, observa Fernandes, o regime militar havia começado a estabelecer uma política científica nacional, e em 1973 inaugurou o primeiro de seus planos básicos de desenvolvimento científico e tecnológico, segurado pelos planos anunciados de 1975 a 1980. O I PBDCT ilustra bem o grau em que C&T foram usadas como símbolos hegemônicos, ligados às ideologias centrais dos militares, de “nacionalismo” e “desenvolvimento”, posto que o principal objetivo do I Plano Básico era pôr “a ciência e a tecnologia modernas a serviço da sociedade brasileira” e a serviço dos objetivos desta sociedade “de desenvolvimento e grandeza”.

Vemos assim que o suporte dado pelos cientistas às políticas governamentais de C&T foi uma resposta às condições materiais

fornecidas pelo governo para que eles começassem a agir como ideólogos. Os fundos para pesquisa foram consideravelmente aumentados e melhoradas as condições de trabalho para a comunidade científica. O CNPq implementou então uma “operação retorno”, destinada a trazer cientistas empregados no exterior, sendo que, na reunião anual da SBPC de 1970, o presidente dessa entidade anunciou que, nos 12 meses precedentes, 200 desses cientistas tinham retornado ao país, recebendo postos em bem equipados laboratórios e melhores condições e salários do que podiam obter antes de deixarem o país.

Porém, entre 1964 e 1975, enquanto generosamente financiava a pesquisa científica, o Estado agia contra aqueles cientistas e institutos de pesquisa que lhe moviam críticas. É, talvez, uma *evidência circunstancial* da necessidade dos militares de terem uma comunidade homogênea de cientistas em apoio à nova aliança militar-tecnocrática, isto é, de sua necessidade de um estrato de intelectuais orgânicos. Não há dúvida, salienta Fernandes, de que os crescentes financiamentos à ciência e à tecnologia tenderam a fazer com que a SBPC *em geral* apoiasse o regime militar.

No início dos anos 70 a Sociedade parecia, num sentido amplo, ter aceito o lugar que o

governo militar queria que a ciência e a comunidade científica ocupassem na formação social brasileira. Parecia que os militares estavam finalmente começando a desenvolver uma ideologia potencialmente hegemônica, com mais apelo que a da “segurança nacional” e, de maneira importante, com o selo da ciência. Deleitados com o dinheiro estatal concedido aos institutos científicos, e aparentemente surdos e cegos à repressão política a vários de seus colegas, os cientistas pareciam não ter objeções ao fato de sua maior associação estar desempenhando um papel ativo na disseminação dos novos símbolos de legitimidade do regime militar.

Esta tendência veio a se modificar a partir de 1974, o último ano do chamado milagre econômico brasileiro. Era o *boom* econômico que, de certa forma, estava dando alguma legitimidade aos militares. O fim desse período significou o fim do *status* dado aos cientistas dentro do regime.

Em 1974, a reunião anual da Sociedade criticou o II Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico anunciado naquele ano, e expressou dúvidas sobre se o governo manteria seu nível de apoio à pesquisa científica básica. Em 1975 a percentagem do orçamento do Estado gasta com financiamento de pesquisa atingiu seu

ápice; em 1980 ela era quase a metade daquela de 1975, e em 1984, quase um sexto. Em 1983 o salário de muitos cientistas foi reduzido em cerca de um terço, como efeito de decreto-lei sobre salários, imposto ao governo pelo FMI.

O momento decisivo na história da SBPC ocorreu em 1974, quando ela passou a admitir pesquisadores vindos das ciências humanas, transformando-se numa organização com 15 mil membros. Suas reuniões anuais passaram a contar com milhares de cientistas e estudantes. Em 1976, nove mil pessoas haviam comparecido à reunião anual em Brasília, enquanto em 1980 a reunião no Rio de Janeiro agrupou cerca de 15 mil participantes. Foi crucial para o delineamento do novo papel da SBPC a admissão das ciências humanas, como uma instituição de protesto dentro da sociedade civil. Mas não foi decisiva. Fernandes considera que as origens da transformação do papel da SBPC devem ser buscadas não apenas na mudança de sua estrutura interna, mas na natureza do governo militar brasileiro.

Foi a partir de 1974, com o término do “milagre econômico”, que teve início um intenso debate dentro do bloco dirigente sobre como resolver a crise. A dissolução do consenso deu lugar à *abertura* ou *processo de participação política nos negócios do país*, com o governo Geisel. O debate sobre qual

modelo político o país devia adotar tornou-se público, e é neste contexto que deve ser situada a vigorosa atividade política da SBPC de 1974 em diante. Foi a partir de 1975 que a SBPC adotou a sua função crítica e iniciou debates sobre uma série de temas econômicos, sociais e políticos, incluindo discussões sobre o papel político da ciência, a política nuclear do governo, a defesa, o meio ambiente, a estatização da economia, a anistia, a reintegração dos professores universitários compulsoriamente aposentados e um apelo pela abolição do Decreto-Lei nº. 477, de 1968, que restringia severamente a liberdade política nas universidades. Através desses debates, a SBPC criou um fórum para a exposição de ideologias que se contrapõem à do governo militar.

Fernandes observa que, à época em que o governo dominava mais pela força do que pela fraude, a SBPC de fato contribuiu para o fortalecimento da sociedade civil, que tinha sido severamente debilitada pelos longos anos de ditadura militar. Os membros da SBPC consideravam sua atividade política uma experiência extremamente importante, que os fez sentirem-se fortalecendo a comunidade científica e contribuindo para a relativa liberalização da década de 70. A oposição que a SBPC fez ao governo foi aberta, embora ela ainda sustentasse sua linha de ação nas

categorias de um discurso idealista tradicional no Brasil, que via ciência e educação, *isoladamente*, como uma panacéia socioeconômica definitiva.

A resposta da SBPC à ditadura militar foi, segundo Fernandes, mais coerente em termos dos objetivos com que foi criada e do papel crítico que desenvolveu durante o período. A mudança em sua qualidade orgânica pode ser observada no princípio dos anos 70, quando os recursos financeiros governamentais estavam afluindo de maneira sem precedentes à ciência e à tecnologia, sendo que esta mesma comunidade deu-se conta de que esses recursos estavam privilegiando mais a tecnologia do que a ciência. Nesse momento os cientistas sociais e os estudantes começaram a participar mais das reuniões da SBPC e o nível de crítica à política de C&T do governo e ao modelo econômico em geral elevou-se.

A SBPC tornou-se um dos poucos fóruns onde essas críticas podiam ser expressas. Para a imprensa, sob censura, as reuniões da SBPC tornaram-se uma fonte de crítica original para ser noticiada, crescendo também a cobertura da imprensa a tais reuniões. Com o início do processo de democratização em 1978, a SBPC passou a ser considerada não apenas um fórum democrático de debates, mas também como tendo um papel importante no

processo da democratização brasileira. José Reis, pioneiro da divulgação científica no Brasil, declarou em 1978: “Ouso dizer que sem comunicação não há ciência”, realçando a função da SBPC de agir como universidade, afirmando ainda que “Num país [...] onde as universidades são, não muito raro, mudas, a SBPC se fez verdadeira universidade itinerante”.

O presidente da SBPC, Oscar Sala, declarou na reunião anual de 1978 que esta pretendia “retomar os objetivos estritamente científicos” e que ele acreditava que os problemas [políticos] seriam resolvidos com o “desenvolvimento científico da nação”. Em seguida propôs que a comunidade científica abandonasse reivindicações políticas e se concentrasse em sua própria pesquisa. Tal proposta de “retorno às origens” levantava a questão da razão de ser da Sociedade, visto que fora criada para proteger os cientistas e a ciência e defendê-los contra ações destrutivas do governo.

Para concluir esta breve exposição realçamos que a reivindicação de participação dos cientistas nos programas do governo para o desenvolvimento científico teve destaque

na reunião de 1978. Na mesa-redonda dessa reunião, sobre as metas prioritárias para a ciência no Brasil contemporâneo, concluiu-se que o estabelecimento de prioridades era necessário, especialmente porque a comunidade mais interessada não era consultada. O coordenador observou que era vital que os cientistas tivessem uma voz ativa em seus próprios campos e recomendou a estes que lutassem pela “minimização dos efeitos maléficos de um sistema econômico que faz com que a maioria da população não tenha condições mínimas de vida”. Observou que “em primeiro plano temos um Estado onipotente e autoritário e em segundo plano a empresa, que é quem possui poder de diálogo com o Estado. A seguir, o que temos é um parlamento enfraquecido, sem qualquer poder decisório, e uma universidade frágil e acovardada, diante de sua impossibilidade”.

De toda maneira, os problemas discutidos na reunião de 1978 eram semelhantes aos de 1948, isto é, conflito entre ciência e tecnologia e a exclusão dos cientistas do processo de tomada de decisão sobre C&T na política governamental.